

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA E A DEMOCRACIA PORTUGUESA.
NARRATIVAS SOBRE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO**
**ANTÓNIO DE SPÍNOLA AND PORTUGUESE DEMOCRACY.
NARRATIVES ON THE REVOLUTIONARY PROCESS**

PIERRE MARIE
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
pierregmarie@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

Texto recebido em / Text submitted on: 21/09/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 21/12/2023

Resumo

A presente proposta procura analisar a trajetória de António de Spínola. Figura aglutinadora da extrema-direita portuguesa, o antigo Presidente da República chefiou o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e esteve ligado à onda de violência bombista que se alastrou nos anos 1975 e 1976. No entanto, após o seu regresso sem julgamento em agosto de 1976, Spínola foi reabilitado: reintegrado no Exército em 1978, nomeado Marechal em 1981 e Chanceler das Ordens Militares em 1987. Em 1984, Spínola presidiu a Comissão das Comemorações do 10º Aniversário do 25 de Abril, tornando-se assim o símbolo da Revolução dos Cravos. A reabilitação da figura de António de Spínola pela democracia portuguesa exemplifica a invisibilização das violências de extrema-direita. Procurar-se-á questionar a memória do processo revolucionário e os silêncios que nela subsistem.

Palavras-chave

Revolução portuguesa; Terrorismo; António de Spínola; Democracia; Memória.

Abstract

This proposal seeks to analyze the trajectory of António de Spínola. A unifying figure for the Portuguese extreme right, the former President of the Republic headed the Democratic Movement for the Liberation of Portugal and was linked to the wave of bombing violence that spread in 1975 and 1976. However, after his return without trial in August 1976, Spínola was rehabilitated: reinstated in the Army in 1978, appointed Marshal in 1981 and Chancellor of the Military Orders in 1987. In 1984, Spínola presided over the Commission for the Celebrations of the 10th Anniversary of the 25th of April, thus becoming the symbol of the Carnation Revolution. The rehabilitation of the figure of António de Spínola by Portuguese democracy exemplifies the invisibility of extreme right-wing violence. The article questions the memory of the revolutionary process and the silences that remain.

Keywords

Portuguese Revolution; Terrorism; António de Spínola; Democracy; Memory.

Introdução

Os portugueses não esquecerão a atitude corajosa de António de Spínola num momento decisivo da sua história e o seu contributo para a criação de condições conducentes à restauração da liberdade e ao restabelecimento do regime democrático em Portugal (Público 1996: 2).

Estas palavras constam da carta de condolências assinada pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, após o falecimento de um dos seus antecessores a 13 de agosto de 1996. Nessa mesma carta prosseguiu: «A conquista da liberdade e da democracia em Portugal, lograda com o 25 de Abril de 1974, muito ficou a dever à atuação e ao magistério político-militar do então general António de Spínola» (Público 1996: 2). Esta declaração do mais alto representante do Estado Português exprimiu, de forma exemplar, uma narrativa amplamente difundida, que traça uma ligação entre António de Spínola, o 25 de Abril e a construção do regime democrático em Portugal.

O presente texto pretende questionar essa narrativa ao seguir a trajetória política de António de Spínola e o lugar por ele ocupado na memória oficial da República Portuguesa. A análise desta trajetória memorial permitirá questionar a própria memória do 25 de Abril de

1974, com a seguinte questão fundamental em pano de fundo: de que falamos quando nos referimos à Revolução dos Cravos? O Estado Novo e o processo revolucionário constituem casos de batalha de memórias (Loff 2014). A figura de António de Spínola servirá assim como um revelador dos silêncios e ausências que permanecem sobre a memória do processo revolucionário em Portugal. Personalidade aglutinadora da extrema-direita portuguesa, o antigo Presidente da República chefou, no seu exílio, o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e esteve diretamente ligado a tentativas de golpes e à violência bombista nos anos 1975 e 1976. No entanto, após o seu regresso a Portugal em agosto de 1976, António de Spínola foi progressivamente reabilitado ao ponto de receber as honras da República Portuguesa e de se tornar num símbolo do 25 de Abril de 1974.

A reabilitação da figura de António de Spínola pela democracia portuguesa exemplifica a invisibilização das violências de extrema-direita. Questiona-se como uma personagem tão ligada à violência política de extrema-direita se pode tornar o símbolo de uma revolução democrática. Ao seguir a trajetória memorial de Spínola entre 1976 e 1996, ano da sua morte, procurar-se-á questionar a memória atual do processo revolucionário e os silêncios que nela subsistem. A trajetória de António de Spínola permite identificar os processos de construção de uma narrativa sobre o processo revolucionário, reduzido apenas ao único dia 25 de Abril de 1974 e a uma transição institucional, apagando a violência terrorista da extrema-direita e escamoteando os diversos projetos políticos em luta, o impacto dos movimentos sociais e as mudanças duradouras introduzidas no país.

A organização deste texto procura apresentar três facetas da figura de António de Spínola. Na primeira parte apresenta-se as suas ligações à violência política ao longo do processo revolucionário, desde as tentativas de golpes institucionais e militares às atividades terroristas e conspiradoras enquanto presidente do MDLP. A segunda parte apresenta um António de Spínola progressivamente reabilitado pela democracia portuguesa, sem julgamento pelas suas atividades anteriores, com a sua reintegração nas Forças Armadas e diversas homenagens. Na última parte, questiona-se a construção do antigo chefe de Estado como símbolo do 25 de Abril e o que isso revela sobre a ligação da democracia portuguesa ao seu momento fundador.

António de Spínola e o 25 de Abril

Em 1975, o fotógrafo Eduardo Gageiro venceu o segundo prémio da *World Press Photo* na categoria de retrato⁽¹⁾. A fotografia laureada retrata o General António de Spínola, de farda militar condecorada, com ar duro, usando o seu famoso monóculo que lhe dava um aspeto de um outro tempo⁽²⁾. Este prémio internacional de fotografia immortalizou António de Spínola como um rígido chefe militar e realçou a importância que teve durante os anos da revolução. Ironicamente, a fotografia vencedora do primeiro prémio apresentava um outro Presidente que teve de renunciar o seu mandato no segundo semestre de 1974, Richard Nixon. A 6 de maio de 1974, António de Spínola, novamente de farda militar e de monóculo, já tinha sido capa da revista norte-americana *Time*. Estas célebres fotografias levantam uma mesma pergunta: pode o General do monóculo ser a melhor ilustração deste conturbado período histórico?

Produto do regime autoritário, António de Spínola era próximo dos fascismos europeus, como comprova o seu envolvimento com o franquismo na Guerra de Espanha e com o nazismo na Segunda Guerra Mundial (Catarino, Assor 2010). Oficial formado no Colégio Militar, voluntariou-se para a Guerra Colonial, em Angola. Foi Governador Militar na Guiné-Bissau, em plena Guerra Colonial, cargo que exerceu até ao seu regresso à metrópole em 1973 (Rodrigues 2010). Duas ideias centrais fundamentam a atuação política de António de Spínola: uma ardente defesa do Ultramar e um visceral anticomunismo. Crítico da política colonial de Marcello Caetano, oficializou esta rutura com a publicação a 22 de fevereiro de 1974 do livro *Portugal e o Futuro*.

António de Spínola apresentou, nesta obra, uma solução política para a saída da Guerra Colonial, com o objetivo de manter a presença portuguesa em África. Mas, longe de defender a independência das colónias, António de Spínola procurou manter uma «Comunidade Lusíada». Tratou-se de desenhar uma solução neocolonial com a criação de uma República Federal Portuguesa, descentralizada e permitindo a participação política das populações africanas, bem como a modernização económica. Após estas reformas de longo prazo que visariam convencer

(1) Site World Press Photo: “1975 Photo Contest”. <https://www.worldpressphoto.org/collection/photocontest/winners/1975>.

(2) Site Eduardo Gageiro: “Fotografia n.º 108”.

as populações africanas das vantagens da sua integração na República Portuguesa, estavam previstas consultas populares cujo objetivo era claramente definido pelo autor: «promover a autodeterminação das populações ultramarinas pela sua integração na República Portuguesa» (Spínola 1974: 148). Para Spínola, «tudo indica que, pelo menos a maioria absoluta dos nossos africanos, escolheria a permanência num contexto português», acrescentando ainda que «somos dos que crêem firmemente no portuguesismo da nossa gente africana» (Spínola 1974: 149 e 198).

Informado das atividades do Movimento dos Capitães, António de Spínola apresentou o seu plano como o único capaz de evitar a «desagregação de Portugal pela via revolucionária» (Spínola 1974: 133). Rejeitando o abandono do Ultramar, António de Spínola tentou evitar, em fevereiro de 1974, uma revolução que acabaria com o regime e levaria às independências africanas. Como sublinhou Maria Inácia Rezola, *Portugal e o Futuro* constituiu «uma derradeira tentativa para encontrar uma saída para a questão ultramarina mantendo o regime» (Rezola 2007: 43). António de Spínola concluía assim a sua obra: «Haveremos de continuar em África. Sim!» (Spínola 1974: 236). Com uma justificação clara:

Sem o Ultramar, estaríamos perante um quadro de opção entre a pobreza dos subjacentes ou a absorção; e o velho sonho ibérico, ou a suserania dos grandes potentados não europeus, ou um espinho soviético cravado nas costas do Ocidente, seriam a longo prazo as alternativas do nosso destino (Spínola 1974: 235).

A defesa do colonialismo e a luta contra o comunismo mantiveram-se as bússolas da atuação política de António de Spínola após o 25 de Abril, sem despendor de recorrer à violência. Não tendo conseguido evitar a via revolucionária, António de Spínola tentou anular o programa do Movimento das Forças Armadas nas semanas anteriores. Informado do golpe militar no dia 24 à noite, Spínola recebeu o poder do Presidente do Conselho desposto para «evitar que [este] caísse na rua», a pedido de um Marcello Caetano cercado no Quartel do Carmo. Para Maria Inácio Rezola, «legitimado pelo próprio Marcelo Caetano, pelo Movimento que lhe conferira autoridade para receber a sua rendição e pela multidão que o ovacionara, António de Spínola jog[ou] habilmente nesses momentos» (Rezola 2007: 59).

Na madrugada de 26 de abril, António de Spínola apresentou-se como a principal figura da Junta de Salvação Nacional, lendo na televisão a Proclamação ao país. O primeiro ponto desta declaração destacava como objetivo o de «garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental» (Spínola 1976: 29). Em negociações anteriores, Spínola tinha tentado eliminar a referência ao direito dos povos à autodeterminação do programa do MFA (Rezola 2007: 61). Nomeado Presidente da República a 15 de maio de 1974, António de Spínola tentou, nos meses que se seguiram, marginalizar o Movimento das Forças Armadas, com vista a impor a sua reforma do sistema colonial português.

Tentou, em vários momentos, personificar o novo poder e conseguir um golpe institucional que lhe garantisse a imposição do seu programa. Foi o caso das negociações para a formação do primeiro Governo Provisório e, mais tarde, do apelo lançado à «maioria silenciosa», alegadamente oposta ao rumo então seguido, que tentou mobilizar à sua volta numa manifestação a 28 de setembro de 1974. Segundo Francisco Bairrão Ruivo,

A preocupação de Spínola após o 25 de Abril será precisamente marginalizar e dissolver o MFA e invalidar o seu programa para impor o seu projeto político, que passava pela reposição da hierarquia tradicional e da disciplina nas Forças Armadas, essencial para subtrair ao MFA o poder político e militar necessário para conter a agitação social, a radicalização e os ímpetus revolucionários e anticoloniais que iam tomando conta da sociedade portuguesa, tendo em vista a aplicação da sua solução do problema colonial: adiar as independências e impor a via federalista assente em referendos a realizar em data indeterminada (Ruivo 2015: 53).

O falhanço da manifestação da «maioria silenciosa» levou António de Spínola a demitir-se da Presidência a 30 de setembro. Anunciou a decisão numa reunião extraordinária do Conselho de Estado, transmitida em direto na televisão, onde fez um discurso quase apocalíptico da situação política. Justificou a saída pelos erros cometidos na descolonização, pelas manipulações e violências perpetradas por alguns partidos e pela instabilidade, concluindo que «neste clima generalizado de anarquia, em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis» (Spínola 1978: 241).

Finda esta primeira fase institucional, António de Spínola virou-se para ações violentas para conseguir voltar ao poder e apareceu como

uma figura aglutinadora para as forças da direita que se opunham ao processo revolucionário e à descolonização. No dia 11 de março de 1975, os apoiantes de Spínola tentaram um golpe militar com vista a regressar ao poder. Para o antigo Presidente da República, era então «urgente repor a pureza do 25 de Abril» (Catarino, Assor 2010: 176). As operações militares deste dia mostraram uma grande impreparação do golpe e levaram António de Spínola e 16 oficiais a fugir para Talavera la Real, em Espanha, antes de rumar para o Brasil a 16 de março. Este novo falhanço levou António de Spínola ao exílio e à organização de ações violentas de desestabilização tendo por principais alvos forças e militantes de esquerda. Em maio de 1975, foi assim criado o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), cuja presidência foi assumida por Spínola. No seu primeiro documento oficial datado de 5 de maio, a organização apresentou a sua missão como a de «impedir a instauração de um regime comunista ou de ditadura militar-marxista em Portugal» e justificou a sua existência como resposta à «traição aos princípios fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas» (Calvão 1976: 151 e 154). O MDLP estruturou-se em vários setores sob a presidência de António de Spínola e a direção operacional de Alpoim Calvão que se encontrava então em Madrid (Sánchez Cervelló 1994).

O MDLP desenvolveu uma estratégia de subversão apoiada numa organização clandestina, usando para isso atentados bombistas e atos de terrorismo contra alvos considerados revolucionários. O movimento imprimiu e difundiu comunicados onde defendia que era «urgente prepararmo-nos para desencadearmos por todo o Portugal uma CRUZADA BRANCA *contra a opressão vermelha*, contra o comunismo estrangeiro, usurpador, opressor e ateu!» (Movimento Democrático de Libertação de Portugal sem data: 1). O MDLP teceu ligações com outros grupos bombistas, como o Exército de Libertação de Portugal (ELP), com a ala reacionária da Igreja católica, nomeadamente no norte do país, e com partidos de direita. Spínola manteve igualmente relacionamentos com os meios empresariais, nomeadamente com António de Champalimaud, uma das maiores fortunas em Portugal, que participou no financiamento do MDLP (Costa et al. 2010: 289).

O MDLP foi uma das organizações responsáveis pelo alastramento de uma vaga bombista, principalmente ao longo dos anos de 1975 e 1976. A aliança das forças da extrema-direita portuguesa teve como consequência atentados bombistas, ataques a sedes de partidos e assassinatos de

militantes considerados comunistas. Como relata Miguel Carvalho em *Quando Portugal Ardeu*:

Durante os meses quentes de 1975, MDLP, ELP e “Maria da Fonte” constituem-se na santíssima trindade que mostra ao País a visão do inferno e o caminho da redenção patriótica. Os jornais e os telegornais percorrem – indignados uns, outros com júbilo contido – o cemitério fumegante de sedes, casas, automóveis, escritórios, livrarias identificadas com o inimigo “comunista” (Carvalho 2017: 154).

O *Dossier Terrorismo* compilado pelas Edições Avante! e editado em 1977 contabilizou 566 ações de caráter terrorista entre maio de 1975 e abril de 1977, parte de um «plano geral de subversão fascista» com o objetivo de instaurar um regime ditatorial chefiado pelo António de Spínola (Dossier Terrorismo 1977: 13).

Ao longo do período revolucionário, o paralelo com o Chile de 1973 foi largamente traçado com a situação portuguesa (Del Pero 2011; Touraine 1977). Neste contexto, António de Spínola foi retratado como um potencial Augusto Pinochet, prestes a tomar o poder para evitar reformas sociais e económicas. A presença em Portugal de Frank Carlucci Embaixador dos Estados Unidos da América reforçou mais ainda estas suspeitas. Escolha do vice-diretor da CIA para a Embaixada em Lisboa (Carvalho 2017: 160), Carlucci tinha participado em atividades subversivas no ex-Congo Belga e no Brasil, com o apoio desta agência. Chegou a Portugal em janeiro de 1975 e teceu contactos com as organizações de extrema-direita e a hierarquia religiosa do Norte. O paralelo chileno ganhou ainda mais força com os apelos à insurreição lançados por António de Spínola numa carta aberta ao Presidente da República Francisco da Costa Gomes tornada pública em agosto de 1975, onde escreve que «é chegada a hora de um povo que num esforço heroico se levantou em eloquente demonstração de que, embora abandonado, não se submete nem se entrega à tirania, à exploração e à opressão» (Spínola 1976: 264).

O MDLP e António de Spínola teceram igualmente contactos internacionais, com vista a obter apoio para tomar o poder. Estas tentativas ficaram provadas com o «caso Wallraff», nome de um jornalista alemão que montou com sucesso uma armadilha aos dirigentes do MDLP. Günter Wallraff fez-se passar por um representante de um partido oeste-alemão interessado em financiar a subversão em Portugal e, com isso, conseguiu

introduzir-se junto da estrutura clandestina do MDLP. Chegou mesmo a encontrar-se com Spínola e dois outros dirigentes a 25 de março de 1976, em Düsseldorf, na República Federal da Alemanha. António de Spínola confessou-lhe o objetivo do MDLP: «o que nós visamos é a eliminação total do comunismo em Portugal; não aceito quaisquer hipóteses em relação à democracia enquanto se tolerar comunistas no Governo» (Wallraff, Schlumberger 1976: 93).

O MDLP pediu a Wallraff apoio financeiro e o fornecimento de armas para levar a cabo este objetivo. Os testemunhos compilados na investigação de Wallraff comprovam as atividades terroristas anteriores do MDLP e a existência de planos para trazer armas a combatentes clandestinos. Revelado no jornal *Stern* de abril de 1976, o «caso Wallraff» teve como consequência a expulsão de António de Spínola da Suíça, por romper a promessa de não desenvolver atividades políticas (Catarino, Assor 2010). Alguns dias mais tarde, a 29 de abril de 1976, António de Spínola anunciou a dissolução do MDLP, num contexto de perda de apoio internacional e de divisões internas (Sánchez Cervelló 1994). O presidente da organização justificou, no entanto, esta dissolução com as eleições legislativas de 25 de abril de 1976, que ratificaram a transição para a democracia (Spínola 1976: 451).

O regresso de António de Spínola à democracia

Com a dissolução do MDLP, terminou a trajetória política de António de Spínola. Um percurso feito de cedências constantes entre os seus planos políticos e a realidade do país. Oposto ao fim do regime autoritário, escreveu *Portugal e o Futuro* para tentar uma reforma do sistema colonial. Teve, no entanto, de se alinhar com o 25 de Abril para tentar neutralizar o programa do MFA. Após a saída da presidência, recorreu à violência sob todas as suas formas – tentativa de golpe militar, terrorismo bombista, ataques a sedes de partidos de esquerda, apelo à insurreição, conspiração – para travar a descolonização e lutar contra uma alegada instalação de uma ditadura comunista em Portugal. Não podendo evitar os processos de descolonização, manteve o sonho de um regresso violento ao poder mesmo durante o ano de 1976. O desvendar do «caso Wallraff» e a perda de apoios internacionais inviabilizaram este projeto e obrigou António de Spínola a reconhecer e aceitar a nova democracia portuguesa.

Abriu-se, deste modo, uma nova fase na trajetória de António de Spínola. O regresso a Portugal constituiu um primeiro objetivo e foi fruto de numerosos contactos. Mesmo no tempo do exílio, Spínola manteve ligações com responsáveis militares e políticos. Numa carta enviada a Alpoim Calvão em maio de 1975 referiu contactos com José Veiga Simão, antigo ministro da Educação de Marcelo Caetano, então representante de Portugal nas Nações Unidas, bem como incentivou o «aproveitamento do Major [Ramalho] Eanes» (Spínola 1975). Os testemunhos recolhidos por Günter Wallraff durante a sua investigação evidenciaram negociações para um regresso a Portugal e elencaram igualmente ligações mantidas entre elementos do MDLP e membros do Centro Democrático Social (CDS), a hierarquia religiosa – nomeadamente com o Cónego Melo de Braga – e com três membros do Conselho da Revolução: Morais e Silva, Pires Veloso e Ramalho Eanes (Wallraff, Schlumberger 1976: 45).

Mário Soares, numa entrevista realizada em 1976 com Dominique Pouchin, correspondente do jornal *Le Monde* em Portugal durante o processo revolucionário, exprimiu-se sobre um eventual regresso de António de Spínola a Portugal:

Não gosto de profecias em política. Sou sempre prudente: nunca me ouviram bajular Spínola quando estava no poder nem cobri-lo de insultos quando caiu em desgraça. Qual é o seu destino político? Isso depende dele: o 11 de Março não acabou, deve haver um processo e um julgamento. Virá explicar-se e enfrentar a justiça dos seus compatriotas? De qualquer maneira, não tenho medo do papel que Spínola possa vir a desempenhar num Portugal democrático. Penso, pelo contrário, que é uma estupidez condená-lo a atividades contra-revolucionárias (Soares 1976: 219).

Respondendo se este regresso era desejável, o líder do Partido Socialista mostrou-se claro: «Sim, porque é muito mau alimentar mitos no estrangeiro...» (Soares 1976: 220).

O regresso de António de Spínola a Portugal ocorreu a 26 de agosto de 1976, no aeroporto da Portela, em Lisboa. Um comunicado do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de agosto de 1976 esclareceu que «contra o cidadão António de Spínola» recaíam «fundadas suspeitas de responsabilidades decorrentes da sua participação nas atividades delituosas do MDLP e de uma eventual tentativa de aquisição de armas de guerra com objetivos igualmente ilícitos» (Público 1996: 4). O

antigo chefe de Estado passou dois dias no Forte de Caxias para prestar esclarecimentos sobre as suspeitas à volta do 11 de março de 1975 e atividades contrarrevolucionárias. Esta estadia no estabelecimento prisional foi atípica porque «o comandante do presídio, capitão Baltazar Gamito, oficial de Cavalaria que participara no 25 de Novembro, não consente que o «seu» general seja trancado numa cela – e cede-lhe o quarto» (Catarino, Assor 2010: 206).

Importa notar que António de Spínola não foi confrontado pela justiça portuguesa pelas atividades criminosas perpetradas durante o processo revolucionário, se excluirmos estes dois dias no Forte de Caxias. Não ocorreram investigações, processos ou julgamentos em nenhum dos casos em que António de Spínola levantava suspeitas: o golpe de 11 de março de 1975, a atividade clandestina do MDLP, o terrorismo bombista e ainda a preparação de golpe, conforme revelado pela investigação de Günter Wallraff. António de Spínola foi assim agraciado de uma forma de amnistia tácita, que cobriu as suas atuações antidemocráticas com um manto de silenciamento e esquecimento. O regresso de Spínola deve ser perspetivado com o de outros militares exilados na sequência do 11 de março de 1975, bem como das principais figuras dos meios empresariais. Com a ausência de julgamento que poderia ter permitido apurar a verdade e determinar as devidas consequências penais sobre a onda de violência contrarrevolucionária que se alastrou no país em 1975 e 1976, a figura de António de Spínola pôde iniciar uma nova etapa: a da reabilitação.

Esta reabilitação foi iniciada pela progressiva reintegração do antigo Presidente da República nas Forças Armadas. O artigo do jornal *O Dia*, datado de novembro de 1977, destacou a criação de uma «Comissão Nacional de Apoio à Reintegração do General Spínola» nas Forças Armadas (*O Dia* 1977). A reintegração de António Spínola nas Forças Armadas ocorreu a 27 de fevereiro de 1978, com o General a passar a uma situação de reserva (Catarino, Assor 2010). Dois anos mais tarde, a 11 de abril de 1980, António de Spínola foi reformado das Forças Armadas, por atingir o limite de idade. A carreira militar do General Spínola prosseguiu assim até à sua reforma, o período do exílio constituindo apenas um parêntese fechado com a sua reintegração em 1978.

No mesmo ano da sua reintegração nas Forças Armadas, António de Spínola publicou *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução*, onde defendeu a sua atuação e participou na elaboração de uma narrativa sobre o 25 de Abril de 1974. Esta obra apresenta uma

compilação de discursos e textos de António de Spínola, com um objetivo central: sustentar que as ideias do dia 25 de Abril – que ele próprio encarnaria – foram traídas imediatamente nos dias e meses seguintes por um processo revolucionário marcado por uma forte agitação social e que resultou na descolonização. António de Spínola lamentou, nesta obra, «o descabro a que a desvirtuação dos ideais democráticos do “25 de Abril” conduziu o País» (Spínola 1978: 15). Esta narrativa, que descredibiliza por completo os dois anos do processo revolucionário e que silencia a violência de extrema-direita, foi central para o processo de reabilitação de António de Spínola.

No entanto, as Forças Armadas não se limitaram a reintegrar António de Spínola, agradeceram-no com a mais alta patente militar. A 16 de dezembro de 1981, uma resolução do Conselho da Revolução, assinada por Ramalho Eanes, decidiu promover António de Spínola ao posto de Marechal⁽³⁾. Nesse mesmo dia, o Conselho da Revolução promoveu igualmente ao mesmo posto Francisco da Costa Gomes, sucessor de Spínola à Presidência da República⁽⁴⁾. Se num primeiro momento, António de Spínola recusou a distinção, Ramalho Eanes acabou por confirmá-la a 3 de fevereiro de 1982. Spínola recebeu oficialmente o Bastão de Marechal a 11 de junho de 1991 (Catarino, Assor 2010).

Às honras militares, juntaram-se igualmente as políticas, concedidas pela República. A 5 de fevereiro de 1987, o Presidente da República Mário Soares entregou a António de Spínola a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e da Espada e entregou-lhe a distinção de Chanceler das Antigas Ordens Militares (Catarino, Assor 2010). Spínola recebeu igualmente, a 12 de dezembro de 1987, as honras do país vizinho com o Rei de Espanha Juan Carlos a entregar-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica (Rezola 2006). Após o seu regresso em 1978, António de Spínola foi reabilitado em poucos anos na hierarquia militar e foi, numa segunda fase, alvo das mais altas distinções militares e políticas.

O silenciamento das atividades violentas conduzidas por Spínola e os seus apoiantes foi consagrado por estas condecorações, que assentaram na ausência de qualquer julgamento. Esta reabilitação tomou, no entanto,

(3) Conselho da Revolução, “Resolução 276/81”, Diário da República n.º 300/1981, 2º Suplemento, Série I de 31 de dezembro de 1981.

(4) Conselho da Revolução, “Resolução 275/81”, Diário da República n.º 300/1981, 2º Suplemento, Série I de 31 de dezembro de 1981.

uma direção ainda mais significativa em abril de 1984. No 10º Aniversário do 25 de Abril de 1974, o Presidente da República Mário Soares convidou António de Spínola a presidir às Comemorações oficiais na Assembleia da República (Catarino, Assor 2010). Numa altura de governo de bloco central, este convite feito a Spínola reforçou ainda mais a identificação do antigo Presidente da República ao 25 de Abril (Rodrigues 2010: 648).

António de Spínola, símbolo do 25 de Abril de 1974

Após ter sido a figura aglutinadora da extrema-direita oposta à descolonização, ter sido reabilitado em democracia e homenageado pela República, António de Spínola tornou-se, na narrativa oficial, a figura do 25 de Abril de 1974. Este facto poderá constituir um paradoxo à luz dos factos anteriormente descritos. António de Spínola, em *Portugal e o Futuro*, mostrou-se oposto ao fim do regime e a qualquer revolução que conduzisse à perda dos territórios africanos. Ao longo do processo revolucionário, fez do uso da força um meio para alcançar o poder e desestabilizar os seus adversários. O tratamento memorial do General Spínola pela democracia portuguesa muito revela sobre a própria memória do 25 de Abril e do processo revolucionário. O lugar ocupado por António de Spínola na História oficial coloca os holofotes na transição institucional e deixa na sombra as lutas políticas e sociais do período revolucionário, onde a violência da extrema-direita teve lugar.

As reações oficiais e de figuras públicas à morte do antigo Presidente da República no dia 13 de agosto de 1996 comprovam este quase unanimismo e a ligação memorial traçada entre Spínola e a democracia portuguesa. No próprio dia, a Presidência do Conselho de Ministros decretou um luto nacional de dois dias

considerando a homenagem devida pelos Portugueses à memória do militar de carreira distinta, que exerceu as funções de Presidente da República após o 25 de Abril de 1974 e que fica indissociavelmente ligado ao advento do regime democrático em Portugal⁽⁵⁾.

(5) Presidência do Conselho de Ministros, “Decreto n.º 23-A/96”, Diário da República n.º 187/1996, 1º Suplemento, Série I-B de 13 de agosto de 1996.

Mário Soares falou de uma «figura de referência» após o seu regresso em 1976, acrescentando que «todos temos para ele uma dívida de gratidão, e que devemos olhar para a sua vida e para a sua obra na sua globalidade» (Público 1996: 6). Para Jorge Sampaio, então Presidente da República, a figura de António de Spínola

ficará associada, com algumas outras grandes figuras das Forças Armadas Portuguesas, à implantação do regime democrático em Portugal. Também por essa razão é merecedora de que o país se curve agora, respeitosa, perante a sua memória» (Público 1996: 7).

O facto de António de Spínola se ter tornado num símbolo do 25 de Abril levanta uma questão central para a memória deste acontecimento histórico: de que 25 de Abril se trata? Noutras palavras, de que falamos quando referimos o 25 de Abril e a Revolução dos Cravos. O «25 de Abril» tornou-se num cronónimo basilar da vida política portuguesa. Definida por Paul Bacot, Laurent Douzou e Jean-Paul Honoré como uma «expressão, simples ou complexa, utilizada para designar uma porção de tempo que a comunidade social apreende, distingue, associa a atos que lhe deveriam dar coerência», um cronónimo «faz existir socialmente um período» (Bacot et al. 2008: 5)⁽⁶⁾. O «25 de Abril» como qualificação de um período tornou-se assim num campo de batalha, como de resto outras expressões a ele ligadas tais como «Revolução de Abril», «Revolução dos Cravos», «Militares de Abril» ou o controverso acrónimo «PREC» para «Processo Revolucionário em Curso».

Ao colocar António de Spínola como uma personagem central do 25 de Abril, limita-se a Revolução Portuguesa a uma simples transição de um Estado autoritário para um regime democrático, que poderia ser resumida numa cena: a entrega do poder de Marcelo Caetano a António de Spínola no Quartel do Carmo. No entanto, o 25 de Abril de 1974 constituiu um verdadeiro evento histórico, no sentido dado por Alain Badiou. Para o filósofo, «o evento é a criação repentina, não de uma nova realidade, mas de uma miríade de novas possibilidades» (Badiou 2011)⁽⁷⁾. Reduzir desta forma o 25 de Abril traduz a sua negação como evento e rejeita os múltiplos projetos políticos em confronto ao longo do processo revolucionário.

(6) Traduzido do original em francês.

(7) Traduzido do original em francês.

Citando as palavras de Raquel Varela, «a democracia não era, não se pode afirmar que era inevitável» (Varela 2012: 194). Esta narrativa teleológica apaga as mobilizações sociais e os conflitos que se desenvolveram na intensidade destes dois anos de processo revolucionário.

No caso da figura de António de Spínola, esta narrativa tem por consequência uma reconstrução do seu papel na queda do regime e apaga as marcas da violência política por ele conduzida. No primeiro ponto, ocorre um equívoco frequente em relação ao conteúdo do livro *Portugal e o Futuro*. No dia da morte de Spínola, José Medeiros Ferreira, historiador e membro do Partido Socialista, afirmou assim que «com a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, em fevereiro de 1974, estavam jogados os dados para mudar o regime e começar a descolonização» (Público 1996: 6). Como referido anteriormente, António de Spínola publicou a sua obra precisamente para evitar a descolonização e a queda do regime. Pretendia sim uma via federalista com o objetivo de manter a presença portuguesa nas colónias. Questionado por Wallraff acerca deste «terrível mal-entendido que levou o senhor general a ser considerado vanguarda da Revolução», o próprio Spínola respondeu:

Ora um livro escrito para resolver os problemas das colónias portuguesas, de acordo com as condições existentes e no sentido dos interesses portugueses, tornou-se de repente numa sensação revolucionária. É curioso notar que os autênticos revolucionários do 25 de Abril eram contra o livro (Wallraff, Schlumberger 1976: 83).

Se a crítica pública da política colonial por parte do General Spínola minou um pouco mais a posição de Marcelo Caetano, fazer deste livro a centelha para a Revolução de 25 de Abril de 1974 é, no mínimo, exagerado.

Esta narrativa contribuiu para silenciar os crimes cometidos pela extrema-direita ao longo deste período. O regresso, sem julgamento, de António de Spínola e a sua posterior reabilitação, bem como as sucessivas homenagens por ele recebidas contribuíram amplamente para apagar estes crimes. Se um dos seus principais responsáveis não foi julgado, minimiza-se o seu impacto e até se pode justificar o terrorismo pelos tempos conturbados que então se viviam. Uma declaração de Marcelo Rebelo de Sousa após o falecimento de Spínola mostrou bem este apagar da memória coletiva. Na sua homenagem, destacou o patriotismo do antigo chefe de Estado:

Um patriotismo que, há que reconhecê-lo, muitas vezes foi visto pelo próprio como indissociável de um visceral anticomunismo. Da guerra de Espanha e da Divisão Azul na União Soviética ao MDLP em 1975, há décadas de distância, mas um lastro comum, que não impediu António de Spínola de lutar pela liberdade e a democracia, mas o levou a ser sempre muito relutante no convívio com as ideias e as atuações dos partidos comunistas (Público 1996: 6).

António de Spínola aparece assim retratado como um democrata apesar de ter participado em violência terrorista e de ter alimentado, durante longos meses, planos golpistas. Galvão de Melo, próximo ideologicamente de Spínola, foi mais longe ao tentar um paralelo ousado afirmando que «tal e qual como Gorbachev na União Soviética, ele provocou a mudança de regime, mas depois não se aguentou com os acontecimentos subsequentes» (Público 1996: 7).

As sucessivas homenagens da democracia portuguesa a António de Spínola tiveram por consequência a invisibilização das violências perpetradas pela extrema-direita e, de uma certa forma, tenderam a justificá-las. Se a principal figura desta extrema-direita se tornou um símbolo da democracia, as violências perpetradas encontram nestas distinções alguma justificação. Num artigo de 1970, Giovanni Sartori teorizou a noção de *conceptual stretching* (Sartori 1970). Para Sartori, o uso generalizado de um termo para nomear situações diferentes tende a alargar os limites de um conceito até ele perder todo e qualquer significado. O «25 de Abril» pode ser considerado um caso de «alargamento conceptual», ao ver o seu uso generalizado para definir períodos, mudanças, espíritos ou ainda ideias. Com a figura de António de Spínola parece ocorrer, pelo contrário, um estreitamento da noção de 25 de Abril, centrando este conceito no próprio dia 25 de Abril de 1974 e na transição institucional de poder.

O próprio sítio internet do Museu da Presidência exemplifica bem esta narrativa de silenciamento. Na página consagrada a António de Spínola, apresenta-se desta forma a fase violenta da sua trajetória:

Começa então uma das mais nublosas fases da vida do general Spínola, a do exílio, da constante errância entre o Brasil e a Europa e de envolvimento no MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), uma polémica organização de “combate à ditadura marxista” que, segundo Spínola, se tinha instalado em Portugal.

A clarificação política que se segue ao 25 de Novembro permitirá o seu regresso a Portugal. A eleição de Ramalho Eanes como Presidente da República e de Mário Soares como primeiro-ministro do I Governo Constitucional são as últimas “garantias” de que Spínola precisa para regressar de forma segura a Portugal⁽⁸⁾.

Estes dois parágrafos ilustram bem os eufemismos sobre esta «polémica» organização que foi o MDLP, sem nunca referir o termo «terrorismo». Focam igualmente a «clarificação política» introduzida pelo 25 de novembro, sem falar das conspirações alimentadas pelo antigo Presidente da República durante o ano de 1976.

Para além do silenciamento dos atos violentos da extrema-direita, esta narrativa opera uma descredibilização das mudanças alcançadas após esta transição de poder. Não reconhece assim o contributo dos dois anos de processo revolucionário para a construção gradual da Constituição da República Portuguesa de 1976. Uma narrativa largamente difundida pelo próprio António de Spínola em *País sem Rumo*, publicado em 1978, onde retratou o processo revolucionário como caótico e somente negativo:

As nacionalizações selvagens são movidas exclusivamente por ódios ou perseguições pessoais e sem obedecerem a qualquer planeamento; a anarquização do mundo laboral é intensificada e associada a processos de controlo operário e de autogestão desde logo votados ao insucesso por falta de preparação dos trabalhadores. O País caminhava para o caos (Spínola 1978: 360).

António de Spínola foi ainda mais longe ao incriminar os dois anos de processo revolucionário como causa de inúmeros males que continuavam a afetar o país e a estabelecer um paralelo com o período do Estado Novo: «Os traumas a que a sociedade portuguesa foi sujeita na longa noite de loucura que sucedeu à “longa noite fascista”, hão-de marcar, ainda por largo tempo, o futuro de Portugal, com consequências imprevisíveis» (Spínola 1978: 361).

(8) Site do Museu da Presidência da República: “Presidentes - Democracia - António de Spínola”.

Conclusão

A trajetória política e memorial da figura de António de Spínola exprime, de maneira exemplar, uma narrativa dominante sobre o 25 de Abril e o processo revolucionário, que passa pela ocultação das violências cometidas pela extrema-direita. O tratamento de António de Spínola pela República Portuguesa funciona assim como um revelador desta narrativa. Sinal da sua continuidade, a Avenida Marechal António de Spínola foi inaugurada em Lisboa, a 23 de abril de 2004, em homenagem ao antigo chefe de Estado. Esta narrativa está igualmente presente nos manuais escolares de História, atualmente em vigor (Marie, Réquiuo 2020).

O aparente paradoxo entre o passado violento de Spínola e a sua definição como um dos símbolos do 25 de Abril de 1974 explica-se pela seleção de alguns factos históricos e o apagamento generalizado das violências da extrema-direita da narrativa oficial. Retoma o argumento desenvolvido pelo próprio Spínola que faz do processo revolucionário um desvirtuar do 25 de Abril. As atividades de conspiração de António de Spínola encontram assim uma suposta justificação: «repor a pureza do 25 de Abril» (Catarino, Assor 2010: 176). Uma visão desta luta encontra-se bem presente no seguinte parágrafo escrito em 1978:

Seria esse o Portugal Democrático do verdadeiro espírito do “25 de Abril”. Um Portugal progressivo voltado ao futuro, cimentado nos valores eternos da Pátria e firmado na vontade soberana de um Povo, cuja glória de a servir e engrandecer o génio de Camões imortalizou. Aquele Povo que, a golpes de audácia, levou a Bandeira Lusíada aos quatro cantos do Mundo. Aquele Povo que, por amor à Liberdade, em 1385 salvou a sua Independência nos campos de Aljubarrota, que em 1640 quebrou as grilhetas castelhanas, que em 1810 feriu de morte nas serranias do Buçaco a águia napoleónica, que em 1820 sacudiu a tutela inglesa e que no Verão de 1975 se levantou em luta determinante contra o domínio soviético. Aquele mesmo Povo que, mercê de uma rara percepção instintiva do perigo e da sua indefectível conduta patriótica nos momentos históricos de crise nacional, continua a ser, na hora que passa, o mais fiel garante da perenidade da Pátria Portuguesa como Nação independente e soberana (Spínola 1978: 371-372).

Na sua investigação sobre a violência política no pós-25 de Abril, Miguel Carvalho aponta para o esquecimento produzido em torno destes episódios violentos. Como nota o autor:

A versão dos vencedores de um determinado período histórico guarda sempre esqueletos nos armários com receio de que possam deslustrar o retrato público, os consensos políticos e sociais, e o unanimismo sobre os factos trabalhado ao longo de décadas. A imposição dessa memória concordante, sem grandes fissuras, sobre a época de maior confronto ideológico, político e social da democracia insere-se, pois, numa estratégia de domínio (Carvalho 2017: 13).

A construção de António de Spínola como protagonista da democracia portuguesa serve o propósito de perpetuar esta «memória concordante», menosprezando a densidade e pluralidade do processo revolucionário. Esta narrativa dominante fundamenta-se no silenciamento da violência da extrema-direita e no esquecimento das suas vítimas.

Bibliografia

- Avante (1977). *Dossier Terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!.
- Bacot, Paul, Douzou, Laurent, Honoré, Jean-Paul (2008). “Chrononymes. La politisation du temps”, *Mots. Les langages du politique*, 87, 5-12.
- Badiou, Alain (2011). “Tunisie, Egypte: quand un vent d’est balaie l’arrogance de l’Occident”, *Le Monde*, 18 de fevereiro de 2011.
- Calvão, Alpoim (1976). *De Conakry ao MDLP: Dossier secreto*. Lisboa: Intervenção.
- Carvalho, Miguel (2017). *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Catarino, Manuel, Assor, Miriam (2010). *Spínola: Senhor da Guerra*. Lisboa: Presselivre.
- Costa, Jorge, Fazenda, Luís, Honório, Cecília, Louçã, Francisco, Rosas, Fernando (2010). *Os Donos de Portugal: Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Del Pero, Mario (2011) “‘Which Chile, Allende?’ Henry Kissinger and the Portuguese revolution”, *Cold War History*, 11.

- Loff, Manuel (2014). "Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal", *Culture & History Digital Journal*, 3, 2, 1-13.
- Marie, Pierre, Réquio, Pedro (2020). "O 25 de Abril e o ensino da História: O processo revolucionário nos manuais escolares", *Estudos do Século XX*, 20, 143-160.
- Movimento Democrático de Libertação de Portugal (s.d.). "Portugueses!". s.l. *O Dia* (1977). "Criada uma Comissão Nacional de Apoio à Reintegração do General Spínola", 16 de novembro de 1977.
- Público* (1996). "Dossier Morte de Spínola", 14 de agosto de 1996, 2-7.
- Rezola, Maria Inácia (2006). *António de Spínola*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- « — » (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010). *Spínola. Biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ruivo, Francisco Bairrão (2015). *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Sánchez Cervelló, Joseph (1994). *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril.
- Sartori, Giovanni (1970). "Concept Misformation in Comparative Politics", *The American Political Science Review*, 64, 1033-1053.
- Soares, Mário (1976). *Portugal: Que Revolução. Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Spínola, António de (1974). *Portugal e o Futuro. Análise da conjuntura nacional*. s. l.: Arcádia.
- « — » (1975). *Carta de António de Spínola à Alpoim Calvão, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1975*. Centro de Documentação de 25 de Abril.
- « — » (1976). *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Atica/Bertrand.
- « — » (1978). *País sem rumo. Contributo para a história de uma revolução*. s. l.: SIRCE.
- Touraine, Alain (1977). *Vida e morte do Chile popular. Diário sociológico Julho-Setembro de 1973*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Varela, Raquel (2012). "Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre história e memória da Revolução dos cravos (1974-1975)" in Raquel Varela, *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Wallraff, Günter, Schlumberger, Hella (1976). *A descoberta de uma conspiração: A acção Spínola*. 2ª Edição. Amadora: Livraria Bertrand.